

## **CÂMARA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO**

### **AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO DE EXECUÇÃO DA REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS E SUBSTITUIÇÃO DA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NO LUGAR DAS COVAS DAS PEDRAS DE SÃO PEDRO, FREGUESIA DE VILA DO PORTO**

#### **CADERNO DE ENCARGOS**

**QUADRO LEGAL** – Código dos Contratos Públicos – CCP – aprovado pelo DL nº 18/2008, de 29 de janeiro, com a sua atual redação; e, considerando-se ainda o acórdão nº 233/2018, de 2 de maio, do Tribunal Constitucional; e o acórdão nº 19/2017, de 11 de julho, do Tribunal de Contas, que julgaram organicamente inconstitucional, no que tange ao fornecimento, à aquisição de serviços e à locação de bens móveis, do diploma regional da contratação pública, DLR nº 27/2015/A, de 29/12, e ripristinando a vigência do DLR nº 34/2008/A, de 28/7, com a redação do DLR nº 15/2009/A, de 6/8.

**FUNDAMENTO DA ESCOLHA DO PROCEDIMENTO** – **Ajuste Direto**, nos termos dos arts. 20º/1, d) e 112º/2, com a supra identificada redação legal.

# **CÂMARA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO**

## **PARTE I**

### **CLÁUSULAS JURÍDICAS E ADMINISTRATIVAS**

#### **Cláusula 1.ª**

##### **Objeto do Contrato**

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento de ajuste direto, relativo à aquisição de serviços para elaboração do **projeto de execução da rede de drenagem de águas residuais domésticas e substituição da rede de abastecimento de água no lugar das Covas das Pedras de São Pedro, freguesia de Vila do Porto.**

#### **Cláusula 2.ª**

##### **Contrato e caução**

1. Haverá lugar à celebração de contrato escrito, tendo em conta o disposto no art.º 95.º/1, a) do CCP, com a atual redação, e não é exigida a necessidade de prestação de caução, de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 2 do art.º 88.º do CCP.
2. As condições contratuais resultam da conjugação do disposto no presente caderno de encargos com o conteúdo da proposta adjudicada.
3. Integram ainda as condições contratuais os seguintes elementos:
  - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelo concorrente, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
  - c) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

#### **Cláusula 3.ª**

##### **Preço Base**

1. O preço base é, nos termos do número seguinte, o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato.
2. O preço máximo é de **6.000,00 €** (seis mil euros), s/ IVA.

# **CÂMARA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO**

## **Cláusula 4.ª**

### **Equipa de Projeto**

O projeto é elaborado em equipa de projeto, pelos técnicos necessários à sua correta e integral elaboração, podendo apenas integrar como autores de projeto, técnicos executando tarefas na área das suas qualificações, nos termos indicados na Lei nº. 31/2009, de 3 de julho, alterada e republicada pela Lei nº 40/2015, de 1 de junho.

## **Cláusula 5.ª**

### **Deveres do Coordenador de Projeto**

1. São aplicáveis as atribuições, competências e responsabilidades vinculadas no art.º 9.º da Lei nº 40/2015, de 1 de junho.
2. Se ocorrer a cessação de funções do coordenador de projeto, depois de iniciada a fase de assistência técnica, o coordenador fica obrigado a prestá-la, desde que a sua execução possa contratual e legalmente prosseguir, até à sua substituição e, até ao limite máximo de 60 dias, contados da comunicação prevista na alínea j) do número um do artº 9º da Lei nº 40/2015, de 1 de junho.

## **Cláusula 6.ª**

### **Deveres dos Autores dos Projetos**

1. São aplicáveis as atribuições, competências e responsabilidades vinculadas no art.º 12.º da Lei nº 40/2015, de 1 de junho.
2. Se ocorrer a cessação de funções de autor de projeto, depois de iniciada a fase de assistência técnica, o autor de projeto fica obrigado a prestá-la, desde que a sua execução possa contratual ou legalmente prosseguir, até á sua substituição e, até ao limite máximo de 60 dias contados da comunicação prevista na alínea f) do número dois do artº 12º da Lei nº 40/2015, de 1 de junho.

## **Cláusula 7.ª**

### **Prazo de Execução e Vigência Contratual**

1. O prazo máximo da prestação de serviços, excluindo a assistência técnica, é de **45 dias** contados da assinatura do contrato.
2. O início da fase de assistência técnica terá lugar a partir da aprovação do projeto de execução e termina com a entrega do auto de receção provisória da obra.

## **Cláusula 8.ª**

### **Elaboração do Projeto e Conteúdos**

1. O projeto, nas suas várias fases, será constituído por peças escritas e desenhadas, de fácil e inequívoca interpretação, usando as escalas de representação adequadas.

## **CÂMARA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO**

2. A elaboração do projeto deverá abranger todos os conteúdos mencionados no ponto 1 e 2 das especificações técnicas e submetidos à aprovação da entidade adjudicante, sem prejuízo do disposto na Portaria n.º 255/2023, de 7 de agosto.

### **Cláusula 9.ª**

#### **Entrega dos projetos**

1. O projeto base, estudo prévio e anteprojeto ficam dispensados da sua apresentação formal, devendo ainda assim ser incluídos os respetivos elementos nas fases de desenvolvimento do projeto de execução, por forma a permitir a compreensão da conveniente definição e dimensionamento da obra, bem como o esclarecimento da sua execução.
2. Uma vez concluído o projeto de execução, este deve ser enviado à entidade adjudicante para aprovação.
3. Se o projeto de execução for devolvido para correções, o projetista dispõe de cinco dias úteis para efetuar essas correções e reenviar o projeto para aprovação. A cada dia de atraso do prazo contratual total, será aplicada uma sanção pecuniária de natureza contratual, nos termos previstos no presente caderno de encargos.
4. Por correções entendem-se as alterações que devem ser efetuadas por não terem sido cumpridas as orientações do contraente público.
5. O contraente público também poderá solicitar informações ou esclarecimentos ao cocontratante, que os deverá prestar no prazo de 15 ou de 5 dias, consoante, implique, ou não, respetivamente, a apresentação de peças desenhadas.
6. Estas disposições são extensíveis, com as necessárias adaptações, ao procedimento de revisão do projeto, se aplicável nos termos do art.º 43.º do CCP e no n.º 2, do art.º 30 do Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A de 29 de dezembro.

### **Cláusula 10.ª**

#### **Documentos a fornecer pela equipa de projeto**

1. O cocontratante deve fornecer ao contraente público o projeto e restantes peças em formato digital devidamente assinadas.
2. Deve também fornecer os mesmos elementos em formato digital editável, sem restrições.
3. A obrigação referida nos números anteriores inclui toda a informação de suporte daqueles projetos, incluindo a respetiva fundamentação técnica.
4. Sempre que os projetos ou respetiva informação de suporte sofram quaisquer alterações, o cocontratante fornece ao contraente público as versões definitivas dos documentos em questão, nos formatos referidos dos números 1 e 2.
5. Na fase de assistência técnica à empreitada, nos casos abrangidos pelo número anterior, o cocontratante comunica à fiscalização da empreitada, a ocorrência das alterações concretas aos projetos em execução que tenham sido aprovadas pelo contraente público, com indicação das peças que, a partir de então, se encontrem desatualizadas e não devam ser atendidas na obra, devendo fornecer-lhes os respetivos elementos atualizados após a aprovação por parte do contraente público.

## **CÂMARA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO**

6. O cocontratante é responsável por quaisquer prejuízos que decorram em execução da empreitada por incumprimentos do dever de informação a que se alude no número anterior.

### **Cláusula 11.<sup>a</sup>**

#### **Aprovação dos projetos**

1. O contraente público dispõe do prazo de 30 dias para aprovar o projeto de execução.
2. Terminado esse prazo ocorre aprovação tácita, a menos que o contraente público, dentro do mesmo, comunique ao cocontratante a prorrogação de prazo até mais 30 dias para aprovação e a justifique.
3. O projeto não será aprovado se não forem cumpridos os requisitos técnicos e funcionais definidos nas especificações técnicas e/ou as normas legais e regulamentares aplicáveis.

### **Cláusula 12.<sup>a</sup>**

#### **Assistência Técnica**

A componente de assistência técnica compreende os serviços vinculados na Portaria 255/2023, de 7 de agosto.

### **Cláusula 13.<sup>a</sup>**

#### **Preço contratual**

1. Pela boa execução das prestações contratuais, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a entidade adjudicante deve pagar ao cocontratante particular o preço constante da proposta adjudicada, acrescido do IVA à taxa legal em vigor.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, nomeadamente quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

### **Cláusula 14.<sup>a</sup>**

#### **Condições de Pagamento**

1. As quantias devidas pela entidade adjudicante, nos termos da cláusula anterior, devem ser por esta pagas no prazo de 30 (trinta) dias após a emissão, pelo cocontratante particular, da faturação respetiva e sempre após o vencimento da obrigação correspondente.
2. Para efeitos do número anterior o pagamento será efetuado do seguinte modo:
  - a) Com a aprovação do projeto de execução, ou decorridos 30 dias da sua submissão e nas condições da Cláusula 9<sup>a</sup>, é emitida fatura para pagamento de 85% do valor contratual;
  - b) Os restantes 15% relativos à assistência técnica são pagos nas seguintes condições:
    - b.1) 50% aquando do termo da audiência prévia para a contratação da empreitada ou decorridos 180 dias da aprovação do projeto de execução;

## **CÂMARA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO**

b.2) 50% em 3 prestações durante o prazo contratualizado para a execução da obra, excluindo eventuais prorrogações, ou decorridos 60 dias da referida audiência prévia sem que se tenha iniciado a execução da obra.

3. Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao cocontratante particular, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o cocontratante particular obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
4. Não serão pagos quaisquer adiantamentos ao cocontratante particular.

### **Cláusula 15.<sup>a</sup>**

#### **Subcontratação e Cessão da Posição Contratual**

1. O cocontratante não poderá subcontratar nem ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato sem autorização do contraente público.
2. Para efeitos da autorização prevista no número anterior, deve:
  - a) Ser apresentada pelo cessionário toda a documentação exigida ao cocontratante no presente procedimento;
  - b) O contraente público apreciar, designadamente, se o cessionário não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 55º. do CCP.

### **Cláusula 16.<sup>a</sup>**

#### **Direitos da Propriedade Intelectual**

1. São da responsabilidade exclusiva do cocontratante as obrigações que resultem da utilização direta ou indireta de quaisquer direitos de propriedade intelectual, designadamente desenhos registados, marcas de comércio ou fabrico, bem como a obtenção das autorizações necessárias e o pagamento dos correspondentes encargos.
2. O cocontratante é responsável pela infração de quaisquer direitos de patente, de conceção, de licenças, de projetos, de marcas, de nomes ou de quaisquer outros direitos de propriedade intelectual, industrial ou afins, respeitantes a bens e aos serviços objeto do contrato, nomeadamente projetos, estudos, programas informáticos, equipamento, materiais, documentação ou trabalhos realizados.
3. O cocontratante é responsável por qualquer reclamação formulada perante o contraente público resultante de violação dos direitos referidos nos números anteriores, adotando o contraente público o procedimento que se revele mais adequado para a intervenção plena do contratante na discussão e no esclarecimento, perante terceiros reclamantes ou quaisquer autoridades, das dúvidas que neste âmbito coloquem.

### **Cláusula 17.<sup>a</sup>**

#### **Dever de sigilo**

## **CÂMARA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO**

1. O cocontratante particular deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à entidade adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fosse comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo cocontratante particular ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

### **Cláusula 18.<sup>a</sup>**

#### **Prazo do dever de sigilo**

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 2 (dois) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

### **Cláusula 19.<sup>a</sup>**

#### **Deveres de Informação**

1. Cada uma das partes deve informar de imediato a outra sobre quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e que possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com as regras gerais de boa-fé.
2. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.
3. No prazo de 10 dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deve informar a outra do tempo ou medida, em que, previsivelmente será afetada a execução do contrato.

### **Cláusula 20.<sup>a</sup>**

#### **Casos fortuitos ou de força maior**

1. Não podem ser impostas penalidades ao cocontratante particular, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, caso se verifiquem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

## **CÂMARA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO**

3. Não constituem força maior, designadamente:
- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do cocontratante particular, na parte em que intervenham;
  - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do cocontratante particular ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
  - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo cocontratante particular de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
  - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo cocontratante particular de normas legais;
  - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do cocontratante particular cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
  - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do cocontratante particular não devidas a sabotagem;
  - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

### **Cláusula 21.<sup>a</sup>**

#### **Responsabilidade do Cocontratante**

1. O cocontratante é o único responsável perante o contraente público pelo cumprimento das obrigações que para ele emergem do contrato, ainda que se verifique a intervenção de quaisquer subcontratados.
2. O cocontratante responde perante o contraente público pelos danos causados pelos atos ou omissões de terceiros a que tenha recorrido, seja a que título for, no âmbito do cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, como se tais atos ou omissões fossem praticados por aquele.
3. Se os erros e omissões a suprir no decurso da empreitada decorrerem do incumprimento de obrigações de conceção do cocontratante, o contraente público exercerá nos termos legais, o direito de ser indemnizado até ao triplo do valor contratual que resultar deste procedimento, salvo se a responsabilidade em causa tiver resultado de dolo ou negligência grosseira no cumprimento das suas obrigações, caso em que há limite para o valor indemnizatório.

### **Cláusula 22.<sup>a</sup>**

#### **Mora do Cocontratante**

Há mora do cocontratante, quando forem excedidos os prazos das obrigações sujeitas nos termos deste caderno de encargos ou, nos casos de o prazo ser fixado pelo contraente público no âmbito da execução do contrato, decorrido que seja o respetivo prazo sem que o cocontratante cumpra a obrigação a que está adstrito.



# **CÂMARA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO**

## **Cláusula 23.<sup>a</sup>**

### **Penalidades Contratuais**

1. Em caso de mora do cocontratante serão aplicadas as seguintes sanções pecuniárias de natureza contratual:
  - a) Um por mil (1‰) do preço contratual, por cada dia de atraso em relação aos prazos fixados para a apresentação dos projetos e relativamente a qualquer um deles, ou em relação ao prazo fixado no âmbito do contrato para cumprimento de qualquer obrigação.
  - b) Pelo incumprimento das obrigações de assessoria técnica no decurso da empreitada de dois por mil (2‰) por cada dia de atraso, até ao respetivo cumprimento.
2. As sanções pecuniárias de natureza contratual poderão ser aplicadas até ao limite de 20% do valor contratual, sem prejuízo do poder de resolução do contrato.
3. Nos casos em que seja atingido o limite de 20% e o contraente público decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, o limite poderá ser elevado para 30%.
4. As sanções pecuniárias de natureza contratual previstas no número 1 consideram-se aplicadas por comunicação ao cocontratante, através de carta registada com aviso de receção, sem prejuízo da possibilidade de execução da caução prestada.
5. As sanções pecuniárias aplicadas ao cocontratante são devidas a partir da data de receção da comunicação referida no número anterior, sendo pagas no prazo de 30 dias a contar da mesma comunicação.

## **Cláusula 24.<sup>a</sup>**

### **Resolução por parte da entidade adjudicante**

1. O contraente público pode resolver o contrato nos seguintes casos:
  - a) Se o cocontratante público incorrer em mora por período igual ou superior a 60 dias, relativamente à obrigação de elaboração dos projetos;
  - b) Se for alcançado o montante máximo das sanções pecuniárias de natureza contratual previstas no artigo anterior;
  - c) Se o cocontratante incumprir de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações previstas no contrato;
  - d) Se o cocontratante se encontrar em situação de dissolução ou insolvência;
  - e) Se o cocontratante ceder a sua oposição contratual ou celebrar qualquer subcontrato sem autorização prévia do contraente público;
  - f) Se ocorrer algum caso de força maior, impeditivo da execução do contrato em tempo julgado útil pelo contraente público, desde que o atraso provocado por tal circunstância seja inferior a 60 dias relativamente aos prazos aplicáveis.
2. Para os efeitos previstos na alínea f) do número anterior, o cocontratante deve comunicar ao contraente público a ocorrência de qualquer situação de força maior, no prazo de 5 dias contados da verificação do facto ou do respetivo conhecimento e indicar quais as obrigações emergentes do contrato, cujo cumprimento fica impedido ou dificultado,

## **CÂMARA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO**

por força de tal ocorrência e as medidas que pretendem por em prática de modo a mitigar o impacto da situação e os respetivos prazos e custos.

3. O contraente público pode ainda resolver o contrato nas seguintes circunstâncias:
  - a) Se, aquando da apresentação, por parte do cocontratante, de qualquer fase de projeto, se revelar que a estimativa de custo para a empreitada subsequente é superior ao preço previsto nas especificações técnicas.
  - b) Se, aquando da apresentação de cada um dos projetos nos termos referidos no número anterior, se verificar impossibilidade de execução da obra em função das suas características técnicas, das características naturais do terreno ou por tal o impedirem as normas legais ou regulamentares em vigor.
4. A resolução do contrato é efetuada por declaração escrita expedida por carta registada com aviso de receção, para sede ou para o domicílio do cocontratante e produz efeitos a partir da data da sua receção.

### **Cláusula 25.<sup>a</sup>**

#### **Efeitos da Resolução**

1. Em caso de resolução do contrato pelo contraente público por facto imputável ao cocontratante, este fica obrigado ao pagamento de indemnização, no valor de 10% do valor global do contrato.
2. A indemnização é paga pelo cocontratante no prazo de 30 dias após a notificação para esse efeito, sem prejuízo da possibilidade de execução da caução prestada.
3. O disposto no número anterior não prejudica a reclamação, em contencioso, de indemnização por valor superior, se para tanto existir fundamento.

### **Cláusula 26.<sup>a</sup>**

#### **Resolução por parte do cocontratante particular**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o cocontratante particular pode resolver o contrato quando o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.
2. O direito de resolução é exercido por via judicial.
3. No caso previsto no n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à entidade adjudicante, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
4. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo cocontratante particular, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

### **Cláusula 27.<sup>a</sup>**

#### **Mora do Contraente Público**

1. Os pagamentos devidos pelo contraente público há mais de 60 dias vencem juros à taxa legal em vigor.

## **CÂMARA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO**

2. O cocontratante poderá resolver o contrato com fundamento em incumprimento de obrigações pecuniárias pelo contraente público por período superior a 6 meses, ou quando o montante em dívida, excluindo juros, exceda 25% do valor contratual.

### **Cláusula 28.<sup>a</sup>**

#### **Comunicações e Notificações**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às comunicações e notificações entre as partes contratantes, as mesmas devem ser exigidas, nos termos do CCP, para domicílio ou sede contratual de cada uma, identificada no clausulado contratual.
2. Qualquer alteração de domicílio ou sede deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

### **Cláusula 29.<sup>a</sup>**

#### **Contagem de Prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

### **Cláusula 30.<sup>a</sup>**

#### **Transferência de propriedade**

1. Com a aceitação dos elementos a desenvolver ao abrigo do contrato, nos termos da cláusula 9.<sup>a</sup>, ocorre a transferência da propriedade dos mesmos para a entidade adjudicante, incluindo os direitos autorais sobre todas as criações intelectuais abrangidas pelos serviços a prestar.
2. Pela cessão dos direitos a que se refere o número anterior não é devida qualquer contrapartida aos autores para além do preço contratual a pagar nos termos do presente caderno de encargos.

### **Cláusula 31.<sup>a</sup>**

#### **Foro Competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do Contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo e fiscal de Ponta Delgada, com expressa renúncia a qualquer outro.

### **Cláusula 32.<sup>a</sup>**

#### **Subcontratação e cessão da posição pontual**

A subcontratação pelo fornecedor e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do disposto no Código dos Contratos Públicos.

## **CÂMARA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO**

### **Cláusula 33.<sup>a</sup>**

#### **Gestor do Contrato**

Sem prejuízo da sua obrigatória previsão no contrato e também no Caderno de Encargos, para efeitos do disposto nos artigos 96º/1, i) e 290º-A do Código dos Contratos Públicos, a fase de execução do contrato será acompanhada por um *gestor do contrato*, que, desde já, fica designado como sendo o Técnico Superior desta Câmara Municipal, Álvaro Daniel de Sousa Teodoro.

### **Cláusula 34.<sup>a</sup>**

#### **Cumprimento do regulamento geral sobre proteção de dados (RGPD)**

A entidade adjudicante e o co-contratante particular no desenvolvimento de quaisquer atividades relacionadas com a execução do contrato, que envolvam o tratamento de dados pessoais, ficam obrigadas a observar o disposto no Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril (Regulamento Geral de Proteção de Dados) e demais legislação aplicável.

### **Cláusula 35.<sup>a</sup>**

#### **Legislação aplicável**

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

# CÂMARA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

## PARTE II

### ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

(a que se refere o n.º 1 do [artigo 49.º](#) e o Anexo VII do CCP, na sua atual redação)

#### 1. ÂMBITO

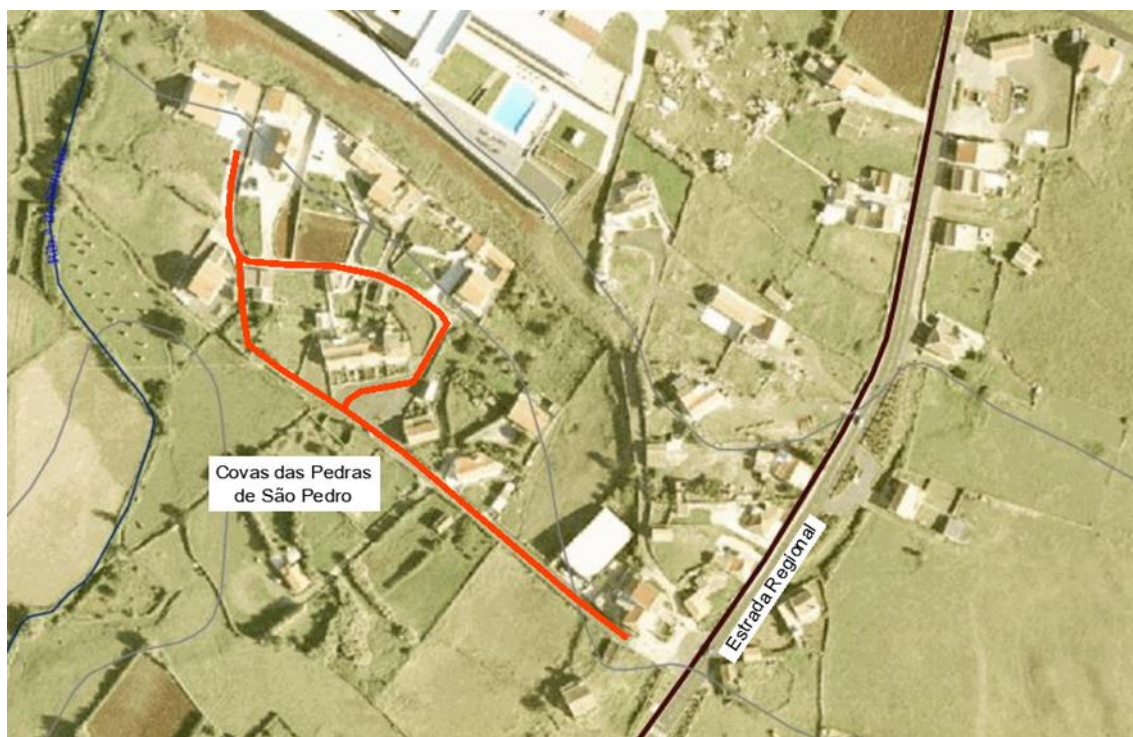
Pretende a Câmara Municipal de Vila do Porto dotar de infraestruturas de drenagem de águas residuais domésticas o Lugar das Covas das Pedras de São Pedro, da freguesia de Vila do Porto.

Para o efeito, e atendendo às especificidades da intervenção pretendida, mostra-se essencial proceder à elaboração do Projeto de Execução de uma rede de drenagem de águas residuais domésticas para servir o referido local, que inclua:

- Rede de drenagem gravítica com uma extensão aproximada de 370m;
- Uma estação elevatória, e respetiva conduta elevatória com uma extensão aproximada de 170 m.

O destino final do efluente da zona intervencionada é a rede de drenagem de águas residuais da Câmara Municipal já existente na Estrada Regional, cujo tratamento é realizado a jusante do local de intersecção, na ETAR de Vila do Porto.

Seguidamente apresenta-se ilustração com a localização da zona de intervenção sobre ortofotomapa do local.



## **CÂMARA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO**

Pretende também a Câmara Municipal contemplar no projeto, a substituição da rede de distribuição de água, por forma a reabilitar a rede de abastecimento de água implantada na zona, renovando as condições do fornecimento de água nos termos regulamentares vigentes.

Assim a prestação de serviços pretendida, tem por objeto a aquisição de serviços para elaboração do **Projeto de Execução da rede de drenagem de águas residuais domésticas e substituição da rede de abastecimento de água no lugar das Covas das Pedras de São Pedro, freguesia de Vila do Porto**, tendo por base as informações plasmadas no presente documento e outras que possam ser requeridas à Câmara Municipal no âmbito da elaboração do projeto de execução.

Assim para efeitos da elaboração do Projeto de Execução na zona acima ilustrada indicam-se as principais características a contemplar no projeto de execução:

### **1.1 Rede de drenagem de águas residuais domésticas**

#### **1.1.1 Rede de drenagem gravítica:**

- Recolha de águas residuais nos termos da legislação vigente e salvaguardar as respetivas ligações à rede de drenagem das áreas habitacionais de forma independente e na área do domínio público;
- Extensão aproximada: 370m;
- N.º de ramais aproximados: 20 ramais;
- Outras características que se mostrem relevantes para a boa execução e bom funcionamento da rede de drenagem.

#### **1.1.2 Estação elevatória e conduta elevatória**

- **Estação elevatória:**
  - Estudo e avaliação da localização mais adequada para instalação de uma estação elevatória para recolha e elevação das águas residuais provenientes da rede indicada no ponto 1.1;
  - Deve ser prevista uma solução que garanta não só a recolha total dos efluentes, mas também a redundância de funcionamento, em caso de avaria de equipamento eletrobomba;
  - Outras características que se mostrem relevantes para a boa execução e bom funcionamento da estação elevatória.
- **Conduta elevatória:**
  - Prever a ligação de conduta entre a estação elevatória em localização a definir e a rede de drenagem de águas residuais existente na Estrada Regional, devendo ser acautelada a boa receção e escoamento desses efluentes;

## **CÂMARA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO**

- Outras características que se mostrem relevantes para a boa execução e bom funcionamento da conduta elevatória.

### **1.2 Substituição da rede de distribuição de água:**

- Substituição da tubagem existente nos termos da legislação vigente e salvaguardar as respetivas ligações aos prédios de forma independente e na área do domínio público;
- N.º de ramais aproximados: 20 ramais;
- Extensão aproximada: 340m

### **1.3 Repavimentação do piso intervencionado**

- Providenciar a reposição do pavimento intervencionado em betão, em condições adequadas para o tráfego local e salvaguardando um adequado escoamento das águas pluviais.

## **2. PROJETO DE EXECUÇÃO**

O projeto deverá apresentar os elementos solicitados nas peças do procedimento, envolvendo a execução de todas as peças escritas e desenhadas previstas na Portaria n.º 255/2023, de 7 de agosto, abrangendo a área de intervenção identificada no ponto 1, e que assegure o desempenho hidráulico da rede existente que receberá os efluentes:

- Projeto de execução da rede de drenagem de águas residuais domésticas e substituição da rede de distribuição de água gravítica no lugar das Covas das Pedras de São Pedro, freguesia de Vila do Porto contendo todos os elementos aplicáveis e descritos na Portaria n.º 255/2023, de 7 de agosto (incluindo mapa de medições detalhadas, mapa de quantidades, estimativa orçamental com o mesmo articulado do mapa de quantidades, identificação e quantificação estimada dos custos das ações de manutenção programada nos primeiros 10 anos de utilização das infraestruturas
- Peças Processuais (Condições técnicas gerais e especiais do Caderno de Encargos);
- Estudo Geológico e Geotécnico, caso se mostre necessário;
- Plano de Segurança e Saúde;
- Plano Geral de Resíduos de Construção e Demolição;
- Documentos, contendo:
  - a) Localização do prédio com as informações da área necessária para implantação da estação elevatória e instalação de condutas, bem como eventuais condicionantes;
  - b) Termos de responsabilidade do(s) coordenador(a) do projeto e dos(as) autores dos projetos e do PSS, bem como os respetivos documentos de habilitação e seguros de responsabilidade civil e profissional;
  - c) Declaração justificativa da isenção e controlo prévio, nos termos do n.º 1 do art.º 7.º do RJUE;

## **CÂMARA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO**

- d) Declaração do risco sísmico e catástrofe natural;
- e) Declaração justificativa do preço base (art.º 47.º do CCP);
- f) Declaração justificativa da não contratação por lotes (art.º 46.º-A do CCP);
- g) Check-list ambiental;
- h) Declaração identificativa da inclusão, e/ou justificativa da não inclusão, dos elementos exigidos no n.º 5 do art.º 43.º do CCP;
- i) Pareceres das entidades externas (art.º 13.º-B do RJUE);
- j) Documento justificativo da sujeição ou da não sujeição de revisão do projeto nos termos do n.º 2, do art.º 30º do DLR 27/2015/A de 29;
- k) Identificação das categorias, subcategorias e classes aplicáveis à habilitação do empreiteiro;
- l) Fórmula da revisão de preços a aplicar;
- m) Enquadramento na ECO360 – critérios ecológicos (Resolução Conselho Ministros n.º 132/2023, de 25/10);

### **3. DOCUMENTAÇÃO A ENTREGAR PELO MUNICÍPIO**

O Município de Vila do Porto fornecerá ao adjudicatário os seguintes elementos/documentos tendo em vista a execução dos projetos a que se refere o presente caderno de encargos

- Plantas à escala 1:5000 ou superior propriedade do Município;
- Topografia da área de intervenção do projeto de execução;
- Ortofotomapas que sejam propriedade do Município;
- Características e traçados das redes existentes na Estrada Regional;
- Outras documentos e ou informações que sejam tidas como necessárias durante a execução do Projeto de execução, quando disponíveis.

### **4. PARECERES EXTERNOS**

Obtenção dos pareceres das entidades externas à Câmara Municipal, nomeadamente:

- Empresa de eletricidade EDA;
- Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Entidade responsável pela estrada regional);
- Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores (se necessário);
- Outras entidades que possam ser relevantes para as áreas de intervenção.

### **5. ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

Deverá ser prestada a assistência técnica abrangendo as seguintes ações:



## **CÂMARA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO**

- As ações mencionadas no artigo 9.º, 10.º, 100.º, 150.º e 156.º do Anexo I da Portaria n.º 255/2023, de 7 de agosto;
- Assessorar a Câmara Municipal na elaboração na candidatura a programa operacional, ou outro, para financiamento.

### **6. PRAZO**

Máximo de quarenta e cinco (45) dias (corridos/calendário) suspendendo durante as consultas às entidades externas a realizar pelo adjudicatário e com conhecimento à Câmara Municipal de Vila do Porto.

### **7. ENQUADRAMENTO LEGAL**

O projeto de execução deverá respeitar os termos da Portaria n.º 255/2023, de 07 de agosto, Decreto Regulamentar n.º 23/95, de 23 de agosto, e demais regulamentos e normas nacionais e comunitárias aplicáveis em vigor.

### **8. ADEQUAÇÃO DAS SOLUÇÕES**

Para além do atendimento de toda a legislação e regulamentação aplicável, o projeto terá de reger-se por soluções técnico-construtivas rigorosamente adequadas à sustentabilidade, à durabilidade, eficiência, à agressividade dos agentes atmosféricos e à minimização das ações de manutenção.

A Presidente da Câmara Municipal,